



**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
FACULDADE DE INHUMAS**

CURSO DE PEDAGOGIA

RUTHYELLEN VAZ DE LIMA MANSO

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM PERÍODO DE PANDEMIA

INHUMAS-GO
2021

RUTHYELLEN VAZ DE LIMA MANSO

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM PERÍODO DE PANDEMIA

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Inhumas – FACMAIS, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor orientador: Me. Júlio César da Silva

**INHUMAS – GO
2022**

RUTHYELEN VAZ DE LIMA MANSO

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM PERÍODO DE PANDEMIA

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Inhumas, 02 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof Me. Júlio César da Silva – FacMais
(orientador e presidente)

Professor Me. Daniel Junior de Oliveira – FacMais
(Membro)

Dedico essa monografia à memória do meu pai que esteve sempre presente, a minha mãe e ao meu irmão que me deu total apoio necessário e meu filho que sem ele não conseguiria chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como acadêmica, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A Instituição FacMais, pela oportunidade de fazer o curso de pedagogia.

Sou extremamente grata a todos os meus professores que me ajudaram no meu progresso acadêmico, e especialmente ao Júlio César, que foi a responsável por orientar meu trabalho. Obrigado por esclarecer inúmeras dúvidas e ser tão gentil e paciente.

A minha família, parentes e amigos que com seu incentivo me fizeram chegar à conclusão do meu curso e começo de uma nova carreira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBC - Instituto Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

TIC - Tecnologias da informação e comunicação

TA - Tecnologia Assistiva

AEE - Atendimento Educacional Especializado

RESUMO

Esse estudo tem como tema “A inclusão de crianças em período de pandemia”, no qual pretende analisar a vivência do ensino remoto e seus desafios para professores de apoio e crianças com deficiências no ensino fundamental de primeira fase no período da pandemia. Tendo em vista que desde o início da pandemia e por todo o seu desenrolar os alunos enfrentaram muitas dificuldades, desde a mudança do método tradicional de ensino, presencialmente, para um novo método, o online, até as dificuldades enfrentadas no ambiente familiar como falta de concentração do aluno e dificuldade dos pais para dar apoio nas atividades da aula. Olhando para um aluno que possui algum tipo de deficiência, essas dificuldades se multiplicam, pois ele precisa sempre de uma pessoa para auxiliá-lo, o professor de apoio em sala de aula. O não acompanhamento desse aluno pode acarretar em uma série de fatores que podem prejudicar o seu desenvolvimento escolar. Considerando o objetivo do estudo, que é analisar os processos de inclusão de crianças com deficiências no ensino fundamental de primeira fase no período de pandemia. O estudo foi conduzido com professores de atendimento especializado, coordenadores e diretores de escolas da rede municipal de educação da cidade de Inhumas. A análise foi centralizada em saber: a vivência do ensino remoto e seus desafios. A análise se deu por questionário online e roda de conversa posteriormente ao resultado.

Palavras-chaves: Educação difusa. Pandemia. Inclusão na Pandemia.

ABSTRACT

This study has as its theme "The inclusion of children in a pandemic period", in which it intends to analyze the experience of remote teaching and its challenges for support teachers and children with disabilities in first-phase elementary education in the pandemic period. Considering that since the beginning of the pandemic and throughout its development, students have faced many difficulties, from changing the traditional method of teaching, in person, to a new method, online, to the difficulties faced in the family environment such as lack of student concentration and parents' difficulties to support the class activities. Looking at a student who has some type of disability, these difficulties multiply, because he always needs a person to help him, the support teacher in the classroom. Failure to monitor this student can lead to a number of factors that can harm their school development. Considering the objective of the study, which is to analyze the processes of inclusion of children with disabilities in primary education during the pandemic period. The study was conducted with teachers of specialized care, coordinators and directors of schools in the municipal education network in the city of Inhumas. The analysis was centered on knowing: the experience of remote teaching and its challenges. The analysis was carried out using an online questionnaire and a conversation circle after the result.

Keywords: Diffuse education. Pandemic. Inclusion in the Pandemic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TODOS	16
DIREITO À EDUCAÇÃO	16
1.2 DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
CAPÍTULO II – Impactos do distanciamento social para alunos regulares e de inclusão	22
2.1 BENEFÍCIOS DA VIVÊNCIA NA ESCOLA NA VIDA DOS ALUNOS	22
2.2 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA PANDEMIA	24
2.3 PIAGET E VIGOTSKY: CONCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA.	26
CAPÍTULO III - PANDEMIA UMA OPORTUNIDADE PARA EVOLUIR AS VIVÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	28
3.1 – O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
3.2 EMPREGO DE NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	29
3.3 NOVOS ESPAÇOS PARA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS	31
3.4 RESULTADOS DA PESQUISA EM CAMPO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho intitulado por “Inclusão de alunos com deficiências no período de pandemia”, tem como proposta compreender e analisar se os métodos de inclusão, de alunos com deficiência, aplicados nas unidades escolares durante a pandemia foram eficazes ao ponto de garantir uma educação de qualidade e manter o acompanhamento desses alunos com a turma.

Em 2020 fomos todos surpreendidos pela pandemia, algo que estávamos vendo acontecer do outro lado do mundo e com o passar de alguns dias já estava presente em nosso meio sem termos chance alguma de fugir dela. Com isso, em pouco tempo as nossas rotinas, as vivências e as experiências foram todas interrompidas.

Devido a pandemia, as escolas também foram obrigadas a interromper as suas atividades, o ano letivo estava apenas começando, as crianças ainda estavam criando os seus laços afetivos e de confiança, mas diante de todo o cenário que estávamos vivendo, elas tiveram que se reinventar e se adaptar ao ensino não presencial.

E diante desse cenário nos deparamos com a necessidade de suprir as demandas de ensino e aprendizagem dos alunos da inclusão. Com isso, nas escolas regulares para esses alunos, dentro de sala de aula além do professor regente possui um auxiliar e juntos criam rotinas para conhecer o aluno e criar vínculos afetivos entre eles. No não presencial tiveram que se reinventar para conseguir alcançar todas as necessidades de aprendizagem que os alunos precisavam.

Sabendo que no presencial já enfrentamos uma grande dificuldade com o aprendizado desses alunos e que para grande parte deles o contato do professor com cada um é fundamental para o aprendizado, fazemos o seguinte questionamento: Mesmo com a aplicação de todos os procedimentos e reinvenções, estaríamos conseguindo alcançar todas as necessidades desses alunos? Eles estariam aptos a acompanhar sua turma?

O abandono do ano letivo de estudos, se tornou mais comum durante esse período de pandemia, os principais fatores que podem ter levado ao abandono são: a dificuldade de concentração em casa, ausência de apoio

técnico, dificuldades financeiras, complicações com a conexão de internet e problemas familiares em geral.

Estabeleceu-se enquanto objetivos desta produção: Analisar os processos de inclusão de crianças com deficiências no ensino fundamental de primeira fase no período de pandemia.

Metodologia usada foi cunho bibliográficas e qualitativas. Segundo a caracterização de BOGDAN e BIKLEN (1994), na investigação qualitativa a fonte dos dados é o ambiente natural, constituindo-se o investigador como principal instrumento. O levantamento bibliográfico foi feito com base em publicações científicas de artigos e livros. O instrumento de produção de dados foi um questionário estruturado na ferramenta Google Forms e enviado por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp para um grupo de professores do atendimento educacional especializado, de diferentes escolas da rede municipal de ensino de Inhumas. E os dados foram analisados e comparando as discussões teóricas.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro tem como título “Educação infantil para todos”. No segundo capítulo é abordado “Impactos do distanciamento social para alunos regulares e de inclusão”. E no terceiro e último é falado “Pandemia uma oportunidade para evoluir as vivências e práticas pedagógicas”.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TODOS

1.1 DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é uma prática social que visa garantir o desenvolvimento do ser humano, suas habilidades, potencialidades e competências. Somos educados desde que nascemos, e vivemos aprendendo a cada dia, temos a necessidade do ensino para conviver em sociedade, mesmo com variações de cultura ou grupo social, aprendemos não somente na escola, mas também em casa, no trabalho, no lazer etc. Conforme Brandão (1995)

A educação pode existir livre, entre todos, pode ser uma das maneiras que a as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como na vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão de bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (BRANDÃO, 1995, p.10).

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a educação abrange os processos constitutivos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, preminentemente, por meio do ensino, em instituições próprias. A educação escolar necessita aproximar-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por determinação o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

O direito de todos à educação é na verdade o direito social à educação. O direito social à educação concede aos cidadãos o gozo da educação como serviço público.

Atentamos que a garantia da educação como direito de todos é feita através do dever do Estado de ofertá-la. É incumbência do poder público o serviço educacional. Em seguida, a família é co-responsabilizada pela tarefa de educar seus filhos. O fato novo, na Constituição Federal de 1988, é que, anteriormente, à família é dada a incumbência de "ministrar" a educação (1946, Artigo 149) ou a educação é tarefa a ser "dada no lar". (1937, artigo 128; 1969, artigo 176) (BRASIL, 1998).

O fato novo, na Constituição Federal de 1988, é a colaboração da família, através da promoção e do incentivo, no processo educativo. O termo colaboração indica o reconhecimento por parte do Estado da enorme tarefa que cabe à sociedade, especialmente a civil organizada, na formação dos educandos. Nada impede, portanto, que a sociedade civil organizada, representada por associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não governamentais, possa, em conjunto com o Estado, realizar o trabalho em comum de educar as pessoas (BRASIL, 1998).

A educação surgiu-se, a princípio, como um produto para uma pequena parte da sociedade, com um currículo limitado e, no Brasil, só passou a ser compreendida a todas as pessoas quando se percebeu a necessidade de aperfeiçoar a classe trabalhadora, no início do século XX. O objetivo real era de se ganhar, por meio desse conhecimento, uma maior eficiência (ALMEIDA, 2018).

O conceito de educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização. A educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas,

intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo (FALCÃO et al., 2014).

Educação no sentido preciso é todo o processo permanente de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados.

No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e fiscalização do ensino particular (BRASIL, 2005).

No processo educativo em estabelecimentos de ensino, os conhecimentos e habilidades são transferidos para as crianças, jovens e adultos sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio dos alunos, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade.

A educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

1.2 DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A atenção para as questões inclusivas no Brasil não é tão recente como muitos tentam garantir, o marco histórico da educação inclusiva foi no século XIX com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos ficam situados no Rio de Janeiro.

A educação é direito para todos com direito do Estado e incentivada juntamente com a sociedade. A importância dela fica compreendida pelo poder

político público. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram à população o direito a uma educação de qualidade, compreendida como um processo educativo que leve os educandos a uma formação unilateral e cidadã (LIMA, 2001).

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (ALMEIDA et al., 2007).

A Declaração do Salamanca (1994) é um dos principais documentos que coloca em prática o funcionamento da educação especial inclusiva, e foi a partir desse documento que foram registradas as leis brasileiras sobre a educação inclusiva. E segundo essas leis, se tornam obrigatoriamente que todas as escolas regulares matriculem todas as crianças com necessidades educacionais especiais.

Reconhecer os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais implica inseri-los no projeto filosófico, ético, político e ideológico da instituição escolar como marcas identitárias preconizadas pela inclusão. Nesse sentido, o paradigma da inclusão não veio mudar a pedagogia da escola, nem desfazer sua política de promoção do ensino, mas possibilitar que os espaços e os discursos se ampliem no atendimento também às pessoas com deficiência, reafirmando que a instituição escolar representa também o lugar epistêmico de protagonismo dos alunos com necessidades especiais. (SOUSA, 2019).

No Plano Nacional de Educação (Aprovado pela Lei n. 13.005/2014), a meta 4 descreve de forma mais específica ações e recursos que devem ser adotadas para que o aluno de inclusão exerça o seu direito total à educação. Sendo essas ações e recursos citadas: salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, a acessibilidade aos prédios, a oferta de educação bilíngue, tecnologia assistiva, apoio ao atendimento escolar integral e, também, o estímulo à participação das famílias.

E essas ações e recursos devem ser estendidas a atender os alunos com deficiência, mesmo em tempo de pandemia. Buscando atender o sistema

inclusivo mesmo em casa, é direito do aluno receber toda a assistência necessária para que possa se desenvolver educacionalmente.

Deve-se ressaltar que a educação inclusiva não é só papel do Governo, leis, escolas e até mesmo alunos, mas sim também do professor que se torna o fator principal pois ele se torna o responsável mais presente e envolvido no processo educacional da criança.

A pandemia estabeleceu grandes desafios à educação, com os professores e as crianças. Como estabelecer o vínculo professor e aluno? Como utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) para aprender e ensinar? Como usá-la em um país desiguais em estruturas tecnológicas?

Diante de tantos problemas provocados pela pandemia que podem atingir a educação infantil de inclusão. O Instituto Rodrigo Mendes elaborou um documento intitulado Protocolo sobre a Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19 (2020). O documento chama a atenção para os dados do isolamento na população com deficiência, apontando sua vulnerabilidade e evidenciando a discriminação dos sistemas escolares, dos serviços de saúde e a ausência de atendimento às necessidades específicas desse público (Instituto Rodrigo Mendes, 2020). Destacamos que, no caso específico da educação dos alunos com deficiência, a mediação à distância, o afastamento do espaço escolar, a ausência de práticas pedagógicas individualizadas, a descontinuidade nos processos terapêuticos, a falta de interação entre os alunos, e a própria alteração na rotina das famílias tendem a evidenciar ainda mais os problemas que a educação inclusiva enfrenta atualmente.

A sociedade em si está passando por uma transformação, sobretudo na evolução digital, muitas atividades que eram feitas apenas no presencial, hoje já se consegue fazer no online. Hoje se percebe que os dispositivos digitais já fazem parte da vida de milhões de pessoas.

Conforme Conforto e Vieira et al. (2015, p. 45):

A abundância de recursos e de conte dos físicos e digitais, aliada ampliação dos serviços de conexão móvel com a Internet, de armazenamento em nuvem e a evolução da telefonia celular, promoveram o surgimento de uma nova modalidade de educação, a Aprendizagem Móvel.

Diante disso, a educação vem caminhando a passos lentos com os avanços tecnológicos, e diante disso com a pandemia teve que se repensar sobre a utilização das TIC tanto remoto e dentro de sala de aula como um

mecanismo para mediação da aprendizagem.

Sabemos que mudanças não são simples, ainda mais quando se está no ambiente escolar, por um lado, a escola é um espaço privilegiado para a inovação e transformação social, mas, por outro lado, com um currículo e metodologias profundamente tradicionais (SANTOS, 2006). E em busca de algo para que continuassem os trabalhos educacionais durante a pandemia tiveram que utilizar as aulas online, que continuariam o que já faziam em sala de aula, mas de forma remota. As TIC tornaram algo prioritário e são utilizadas para transmitir as informações através de aulas expositivas via ferramentas de web conferências ou vídeo aulas.

O Instituto Península (2020) elaborou uma pesquisa e segundo ela 88% dos professores nunca tinham dado aula de forma remota e 84,3% se sentem despreparados. Sabendo disso, o uso da TIC tornou-se um desafio para esses profissionais que precisam aprender e se reinventar para desenvolver suas aulas. E com isso os professores desenvolveram ansiedades e além da sobrecarga de trabalho que foi dada diante das circunstâncias.

CAPÍTULO II – Impactos do distanciamento social para alunos regulares e de inclusão

2.1 BENEFÍCIOS DA VIVÊNCIA NA ESCOLA NA VIDA DOS ALUNOS

Sabemos que a educação não acontece apenas na escola, ela acontece de maneiras formais e informais. E todas as maneiras são válidas para adquirir conhecimento, visto que o conteúdo pode ser passado de várias formas desde que se chegue a seu objetivo que é a absorção desse conteúdo pelo aluno. Sendo assim, a escola pode ser dividida em formal e não-formal.

Para Brandão (1995), a educação se manifesta quando ocorrem maneiras sociais de administração e supervisão e quando se estabelecem relações de ensino e aprendizagem. A educação está presente no cotidiano social, na formação do sujeito, e em todo o seu processo de tomada de consciência (politização e formação do senso de cidadania). Mediante o olhar de Brandão, a escola não é espaço exclusivo, onde a educação acontece.

Acreditou-se que, durante muito tempo, a “escola” teria sido, o único e exclusivo espaço de aprendizagem, de construção do saber, de *locus* do conhecimento, de dialogia e de formação e transformação dos homens. No entanto, Brandão (1995) destaca que há outros espaços que cumprem essas tarefas. Nesse sentido, o autor enfatiza as modalidades de educação, que são: a educação formal, não-formal e informal.

De acordo com Niskier (2001), a escola formal teve origem a partir da passagem de uma escola organizada geneticamente (não formal) para uma escola organizada politicamente (formal). Na primeira, a educação era passada por meio de ritos, danças, práticas de feitiçaria, entre outros costumes. À medida que os feiticeiros (organização genética) foram evoluindo, tornando-se sacerdotes (organização política), a escola também evoluiu, tornou-se sistêmica, ou seja, institucionalizou-se.

De acordo com Niskier (2001, p.96) na educação formal, “[...] valorizam determinados tipos de conteúdo ou um método, transmitindo conhecimento intelectuais e repassando valores morais, normas de conduta e modos de

pensar.” Ou seja, a educação formal é aquela que é desenvolvida dentro da escola, dispõe de métodos de ensino e de conteúdos, elaborados e programados para promover a aprendizagem.

As características da educação formal estão ancoradas no desenvolvimento da aptidão intelectual da criança; tem significado abrangente e está associado à representação da escola. Esse modelo de educação prima pelo reconhecimento legal do ensino; dispõe de uma estrutura marcada por cursos, níveis, graus, programas, currículos, materiais didáticos e diploma. Preocupa-se mais com o aprender a conhecer, ficando em segundo plano o aprender a fazer.

Para Brandão (1995) existem diversos terrenos que têm boa capacidade para o crescimento de novos saberes, desde nossas primeiras relações sociais até as mais profundas, seja dentro de uma comunidade, na família, na igreja, no trabalho, e nos diferentes campos sócio-ocupacionais. Essas formas de ensino transpõem a trajetória dos indivíduos em diferentes níveis.

Ressalta, ainda, (BRANDÃO, 1995, p.23) que “O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita a pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados”.

Onde a educação formal acontece? A educação formal acontece na escola, uma das instituições mais antigas criada pela humanidade. Atualmente, podemos citar exemplos de instituições formais como: creches, CMEIS, escolas, colégios, faculdades, universidades, entre outros. Essa modalidade de ensino envolve três partes, os professores, servidores técnico-administrativos e os alunos; estes, de forma dialógica, produzirão conhecimentos e desenvolverão criatividade e habilidades; cujas ações serão norteadas por metodologias, diretrizes e legislações.

A educação não-formal pode acontecer em diferentes dimensões, pois ela envolve o lado político, as experiências que se conseguem ao longo da vida, o trabalho e a identificação de habilidades, compreensão sócio-política da sociedade e suas organizações, construção da identidade coletiva, uma vez

que “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos”

Com a educação não-formal existe uma maior liberdade para ensinar e aprender, o que facilita o atendimento às necessidades individuais, que são naturais de cada ser humano. Essa educação visa atender a população que se encontra em um estado financeiro vulnerável e com uma carência social. Os espaços não-formais oferecem atividades educacionais no período inverso de estudo da criança ou do adolescente, sendo uma experiência didática, organizada e sistematizada fora do contexto formal da escola.

Para Aranha (2006), a proposta da educação não-formal tem sua particularidade, não alternando com outro tipo de educação. Essa educação não é a que vem para trocar, mas aquela que pode estabelecer-se aos outros tipos de educação.

A educação não formal caracteriza-se por não ser intencional ou organizada, mas casual e empírica, exercida a partir de vivências, de modo espontâneo. O comportamento da criança vai sendo modelado por meio de repetição; pois ela se interioriza expressão ou ao gesto aprendido, que se tornam normas de comportamento: agradecer com um “obrigado” transforma-se em hábito e polidez. Ou ao contrário caso não tenha sido educada para tal (ARANHA, 2006, p.94).

A educação que encontramos dentro do nosso território de vida, exercendo a burocracia, organizando e visando um desenvolvimento de valores coordenado e devidamente preparado, tornando menos rígido quanto ao tempo e espaço se trata da educação não-formal, preparando jovens para o exercício da cidadania, encontrada em espaços como: bibliotecas, museus, planetários, jardins botânicos etc.

2.2 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA PANDEMIA

A educação durante a pandemia se remodela. E a escola também, o aluno apenas tinha convívio com a Escola Formal, e agora com as barreiras da pandemia a escola ganha espaço de Escola Informal. E a educação acontece em outros meios que não apenas o espaço físico da escola. Mas para alguns

alunos essa Escola não consegue atender completamente suas especificidades, que é o caso dos alunos com algum transtorno ou deficiência.

Quando se trata de distanciamento social para quem já vive isolado, devido a suas limitações, falta de acessibilidade das cidades, comunicação restringida, falta de acesso a tecnologia inclusiva, é chegar à conclusão de que essa faixa populacional da sociedade está mais vulnerável frente ao contexto de isolamento social em tempos de pandemia.

O ser humano precisa de convivência para seu completo desenvolvimento de suas competências socioemocionais. Como já dizia Piaget (apud CUNHA, 2000) o desenvolvimento cognitivo é resultado da interação entre crianças e as pessoas com quem ela mantém mais contato no seu meio social, quando se trata da escola, o contato vem por meio dos alunos e professores.

Os primeiros anos de ensino do aluno é uma fase fundamental na vida da criança, nessa fase a criança está sendo inserida em um ambiente que ela não está acostumada, conhecendo um novo horizonte até então desconhecido. E a escola exerce um papel fundamental, pois ela prepara o ambiente para que a criança seja acolhida nas primeiras séries de ensino. O professor entra como mediador da escola com o aluno, garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento da criança de forma efetiva.

Com a pandemia veio o distanciamento social, que é uma ruptura do processo socioeducacional do aluno, e quando se trata do aluno de inclusão a pandemia torna-se mais uma barreira para a inclusão das pessoas com deficiência.

Aranha (2006, p.118) enfatiza que “a escola adquire, cada vez mais, um papel insubstituível como instância mediadora, ao estabelecer o vínculo entre as novas gerações e a cultura acumulada, sobretudo à medida que a sociedade contemporânea se tem tornado cada vez mais complexa.” A escola é espaço importante para o convívio com as diferenças, e garante, assim, uma formação integral de todas as competências cognitivas da criança.

2.3 PIAGET E VIGOTSKY: CONCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA.

Para Vigotski, a linguagem vai ter plena formação de capacidade cognitiva, já que por meio da linguagem a criança vai poder atuar em situações sociais distintas, uma vez que a linguagem vai ser fonte de apropriação do mundo. Vigotski já dizia, “[...] imaginar o que não viu, o que não vivenciou (VIGOTSKI, 2009, p. 25)”. Por meio do contato com a linguagem, a criança vai ser capaz de desenvolver lados e apropriar-se de memórias e imaginação até de meios e lugares que ela nunca teve contato, isso tudo pelo desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, ou seja, a linguagem é capaz de modificar as capacidades cognitivas da criança.

Já para Piaget o desenvolvimento das capacidades cognitivas se dá por estágios. O conhecimento vai ser adquirido e assimilado em cada fase da vida e experiência que ele está passando, ou seja, ele emprega um conhecimento que ele já tem a cada experiência que ele vive. Segundo Piaget (1977) os estágios que permeiam o desenvolvimento infantil são o sensório motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais. Cada estágio define, de forma pontual, as etapas do desenvolvimento cognitivo, afetivo e comportamental do sujeito.

Piaget (1977) caracteriza o estágio sensório motor como a fase que vai do nascimento do bebê até este começar a falar (0 a 2 anos) nessa etapa ele já consegue construir frases simples sendo o primeiro dos estágios do desenvolvimento cognitivo. O Segundo estágio cognitivo é o pré-operacional (2 a 7 anos) caracterizado por um período no qual a criança tem a capacidade de usar objetos com um caráter simbólico, sendo capazes de interagir e participar de jogos.

O terceiro estágio é o operacional concreto (7 a 12 anos) é caracterizado pelo uso da lógica sendo uma fase muito evolutiva em que a pessoa pode chegar a conclusões usando a capacidade de interação de uma pessoa adulta. O quarto e último estágio é o de operações formais que irá acontecer a partir dos 12 anos até a fase adulta, caracterizada pelo amplo desenvolvimento

cognitivo, a pessoa já é capaz de recorrer à sua capacidade total de abstração e ao uso da lógica para resolver problemas.

Para o estudioso, a criança apenas vai aprender o que ela pode absorver, mesmo se ensinado algo, há mais, ela pode não se interessar e acaba por não aprender. Para Piaget, a linguagem é uma ferramenta acessória quando se está construindo o conhecimento, ela é apenas produto de desenvolvimento de processos mentais.

Para Piaget, a linguagem vem depois, primeiro vem o pensamento e a criança adquire conhecimento de si e de objetos à sua volta. Como dizia: “a linguagem transmite ao indivíduo um sistema todo preparado de noções, de classificações, de relações, enfim, um potencial inesgotável de conceitos que se reconstruem em cada indivíduo, apoiados no modelo multissecular já elaborado pelas gerações anteriores (PIAGET, 1977, p. 170)”. A linguagem constitui um papel importante na aprendizagem, mas não é responsável por desenvolver capacidades cognitivas da criança.

CAPÍTULO III - PANDEMIA UMA OPORTUNIDADE PARA EVOLUIR AS VIVÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

3.1 – O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Conselho Nacional de Educação emitiu o parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 07 de julho de 2020 que trata das “orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia” (BRASIL, 2020). Especificamente no item 08, lançou orientações para o atendimento ao público da educação especial, detalhando nos seguintes itens:

- O atendimento deve ser oferecido, pelos sistemas de ensino, em atividades não presenciais ou presenciais, a partir de uma avaliação do estudante pela equipe técnica da escola. O estudante e suas famílias devem ser contatados para informar as possibilidades de acesso aos meios e tecnologias de informação e comunicação;
- Os professores do Atendimento Educacional Especializado deverão elaborar com apoio da equipe escolar, um Plano de Ensino Individual (PEI), para cada aluno, de acordo com suas singularidades;
- As orientações e atividades não presenciais deverão ocorrer através de ações articuladas entre o professor do AEE e o acompanhante (mediador presencial) no domicílio, ou com o próprio estudante quando possível, por meio de tecnologias de comunicação;
- Deverão ser previstas ações de apoio aos familiares ou mediadores, na realização de atividades remotas, avaliações e acompanhamento;
- Aos professores especializados cabe a promoção de acessibilidade nas atividades, disponibilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os surdos, materiais pedagógicos acessíveis e adequados à interação e comunicação aos alunos com outros impedimentos;
- Aos alunos com altas habilidades e superdotação deve ser garantido acesso ao atendimento educacional especializado, presencial ou não presencial, considerando

seu programa de enriquecimento curricular e atividades suplementares.

Para que o professor de apoio a crianças com necessidades especiais, consiga se desenvolver nesse novo contexto, ele precisa ter apoio e respaldo. As orientações são válidas e de suma importância, mas de nada adianta se não tiver apoio da escola e da família para que execute seu trabalho com maestria.

3.2 EMPREGO DE NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O cenário é novo e todo novo assusta, mas traz oportunidades de mudanças e descobertas. Para dar suporte ao aluno e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), O Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação, no exercício das atribuições conferidas pela Lei nº 9.131/1995 propõe ações que para manter condições adequadas de acessibilidade para a melhora na sua comunicação e mobilidade (BRASIL, 2020).

Essas ações visam dar autonomia ao aluno e suporte ao professor, não se limitando apenas ao espaço físico da sala de aula. Assim, oferecendo possibilidades aos estudantes que acordo com suas limitações mesmo de forma remota. Podendo minimizar o impacto do distanciamento social no processo de desenvolvimento do aluno com deficiência.

Diante do proposto o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como obrigação manter e realizar em tempos de pandemia: a manutenção do vínculo afetivo e social do estudante com deficiência com o profissional da educação especial, professores da educação básica e colegas de sala de aula, é um fator importante a ser considerado durante este período de pandemia. Deve-se, dentro do possível, manter uma rotina regular. Para o estudante com deficiência estar afastado do contexto escolar pode gerar angústia, medo e insegurança, principalmente por não compreender a situação que passamos a vivenciar repentinamente. Sendo assim, necessário estabelecer contato com profissionais e professores, online, pode ser muito importante para manter o vínculo social dos alunos com deficiência e estabelecer um sentimento de pertencimento a um ambiente que foi frequentado pessoalmente (BRASIL, 2020).

Com esse novo cenário de distanciamento social, a continuação do vínculo pode acontecer de outras maneiras, levando em consideração a realidade do Estado, Município e Unidade Escolar. Os profissionais da educação principalmente os professores que atuam na sala de aula podem organizar aulas online simultâneas, assim todos os alunos terão a oportunidade de estarem juntos virtualmente. O professor pode fazer uso de recursos como envio de vídeos coletivos ou individuais. E trabalhar os mais diversos temas e conteúdos do currículo, sempre trazendo o que seria feito em sala de aula como dar felicitações de aniversários ou comemorações acerca de conquistas do estudante em relação às atividades enviadas (BRASIL, 2020).

Para fazer a manutenção do vínculo com o estudante durante o período de pandemia é algo desafiador, cabem aos profissionais da educação utilizarem da criatividade e os recursos tecnológicos disponíveis. Considerando os recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados no AEE, os profissionais da Educação Especial, articulados à proposta curricular e atividades enviadas pelo professor da sala de aula comum, poderão confeccionar e enviar para os estudantes e seus responsáveis recursos que possam potencializar a proposta e torná-la funcional para proporcionar uma aprendizagem significativa (PALÚ et al., 2020).

Também se verifica a necessidade de se estabelecer uma comunicação online compatível com o nível de deficiência do aluno e de acordo com a realidade social, posto que muitas famílias não têm acesso adequado a computadores e à internet.

Envolver os estudantes na confecção dos recursos lúdico-pedagógicos e na criação de conteúdo é uma forma de dividir as responsabilidades, transformando-os em protagonistas deste processo de re-construção de novos conhecimentos. Vale ressaltar que esta é uma forma criativa, divertida, colaborativa e interativa para aprender. Os profissionais da Educação Especial podem disponibilizar, para tanto, guias e passo a passo para confecção dos recursos, com figuras acessíveis que facilitem a compreensão de todos. Os boletins informativos acerca do distanciamento social e medidas gerais de higiene para prevenção contra a COVID-19 podem ser uma alternativa para

aproximar os estudantes do contexto escolar, desde que confeccionados com uma linguagem acessível, contendo ilustrações e textos claros.

Os boletins informativos, advindo das escolas, além de esclarecer sobre a doença e apresentar medidas preventivas servirá como uma fonte segura de informações, principalmente para as famílias vulneráveis. Estes boletins informativos devem conter informações específicas para cada deficiência, uma vez que a forma de contaminação pode ser mais evidente, como aponta Ferreira e Ferreira (2020).

Os alunos com deficiência devem ser acompanhados de forma mais adequada neste período de isolamento, devendo a escola estabelecer um canal de direto com a família e fornecer momentos de “tutoria individual” conforme a necessidade. Destaca-se ainda a necessidade de se buscar uma intervenção que atenda a situação específica da criança, uma vez que crianças muito pequenas podem não perceber os fatos e entender toda a situação” que estamos vivenciando.

3.3 NOVOS ESPAÇOS PARA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS

A tecnologia é uma forte aliada no ensino. Para Gadotti (2011), as novas tecnologias vêm para possibilitar novos espaços para aprendizagem, como o espaço domiciliar que é o atual espaço de aprendizagem imposto pela pandemia. Para explorar esse espaço no processo de aprendizagem, requer recursos que muitas das vezes não são acessíveis ou de qualidade. Tal como, ter acesso a equipamentos de informática, acesso à internet e a tecnologia Assistiva para os estudantes que necessitam.

Tecnologia Assistiva (TA), que é um termo utilizado para “identificar todo o arsenal de recursos pedagógicos, tecnológicos e de suporte, os quais contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de estudantes público-alvo da educação especial, na perspectiva de promover autonomia e a inclusão” (Bersch & Tonolli, 2006, p.89). TA é a parte da tecnologia que visa atender alunos com deficiência.

Segundo a pesquisa feita em 2020 pelo Portal de notícias da Globo - G1,

as redes de ensino estaduais e municipais relatam improvisado com aulas via WhatsApp e outras ferramentas, além da falta de internet e de equipamentos, o que prejudica os alunos (G1 Portal de notícias da Globo, 2020). Embora a Tecnologia seja uma grande aliada na educação ela não é a realidade frente a rede de ensino no Brasil.

Quando Santos e Braun (2017), sobre relatava sobre o 'empobrecimento curricular', colocando nesse contexto chega-se à conclusão que o emprego de tecnologias no processo de aprendizagem pode contribuir para um possível esvaziamento curricular, devido a restrições que o emprego desses aparatos tecnológicos impõe. Sendo assim, essas restrições reforçam os processos excludentes que atingem alunos com e sem deficiência, além de ser difícil manter práticas pedagógicas individualizadas com os alunos. Outro fator importante no que tange o uso da tecnologia na educação e o preparo do profissional educador.

os professores precisam ser formados para uma nova didática, nova pedagogia, considerando as mudanças que ocorreram, devido à internet, na forma de ensinar e com o próprio conhecimento (Mayrink, 2017 apud Straub, 2020, p. 40).

A mudança não chega apenas para a criança, mas também para o profissional de ensino. Que tem que se reinventar e atualizar para que consiga transmitir o conhecimento de forma efetiva através da internet.

3.4 RESULTADOS DA PESQUISA EM CAMPO

Dentre 22 candidatos que atuam nas escolas, 86,4% eram professores e 13,6% eram coordenadores, sendo o público da pesquisa predominante feminino, com 90,9%.

No questionário, quanto ao uso de estratégias no ensino remoto: 27,3% usaram material impresso para ensinar e avaliar o conteúdo, 50% utilizaram do recurso de aulas gravadas previamente planejadas e 68,2% utilizaram de aula ao vivo (on-line).

No quesito, relação família-escola. 40,9% dos participantes afirmam que a relação aumentou, enquanto 36,4% relatam que relação família e escola

diminuiu e 22,7% dos participantes disse que nada mudou na relação.

Enquanto na questão valorização do professor pela família. 54,5% dos participantes afirmam que a valorização aumentou, 22,7% relata que nada mudou e 22,8% relata que a relação diminuiu.

Os resultados podem ser explicados pelos relatos dos próprios colaboradores durante a resposta ao questionário. Em grande parte, relataram falta de informação acerca do atendimento remoto. Ausência de investimentos relativos a equipamentos eletrônicos e conectividade para professores e estudantes.

A ausência de investimentos foi primordial para que o ensino não fosse passado com melhor qualidade, pois com os recursos que tinham não conseguia atender às necessidades específicas de cada aluno especial. Outro importante barreira enfrentada era os pais conseguirem auxiliar os alunos nas atividades de forma assertiva, deixando-os sem explorar a capacidade máxima de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo do estudo, que é analisar os processos de inclusão de crianças com deficiências no ensino fundamental de primeira fase no período de pandemia. O estudo foi conduzido com professores de atendimento especializado, coordenadores e diretores de escolas da rede municipal de educação da cidade de Inhumas. A análise foi centralizada em saber: a vivência do ensino remoto e seus desafios.

É inegável os impactos da pandemia sobre a educação. É com ela que veio um novo olhar sobre a escola e a educação. Nos trouxe um novo olhar sobre o espaço escolar, não apenas no âmbito pedagógico, mas também na sua função social, assistencial e integradora. Nesse fechamento do espaço da escola física, as desigualdades se atenuam e trás mais ainda o seu conceito de equidade. Uma vez que as crianças não conseguem manter o mesmo ritmo e nem terem os mesmo recursos que são capazes de se desenvolver e adquirir o conhecimento necessário.

Durante esse tempo de pandemia, a educação se organizou para tentar garantir a aprendizagem dos estudantes, onde muitas forças tiveram que se unir para que conseguisse lograr com êxito esse novo modelo de organização. Uma das principais vantagens foi o aumento da relação escola e família, assim eles conseguem entender o processo de aprendizagem e as dificuldades enfrentadas dentro da sala de aula apoiando mais os professores. Além de ser uma relação benéfica para o aluno com necessidades especiais.

Difícilmente a educação voltará a ser a mesma. Mas, com a experiência de distanciamento, espera-se que a escola física volte de forma mais igualitária, respeitando e valorizando as diferenças de cada um.

REFERÊNCIAS

Almeida, D. B. et al. **Política Educacional e Formação Docente na perspectiva da Inclusão**. Educação (UFSM), Santa Maria, v.32, n.1, p. 327-342, 2007.

ALMEIDA, Vasni. **História da educação e método de aprendizagem em ensino de história** / Livro (org.). – Palmas/TO: EDUFT, 2018. 391 p.:il . color

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**, 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Bersch, R. (2006). Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: Ensaios Pedagógicos, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1995.

BRASIL. RCT - **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Senado, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Reexame do Item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11/2020**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>, acesso em 13 maio de 2022.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. P. 47.

CONFORTO, Debora; VIEIRA, M. C. **Smartphone na Escola: Da Discussão Disciplinar Para a Pedagógica**. Latin American Journal of Computing, v. II, p. 43-54, 2015.

CUNHA, M. V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel e FERREIRA, Luiz Gustavo Fabris. **A volta às aulas no novo normal**. 2020.

Disponível em:

<http://miguelferreira.com.br/2020/07/10/a-volta-as-aulas-no-novo-normal/>.

Acesso em: 16 maio de 2022.

GADOTTI, Moacyr. Boniteza de um sonho. **Ensinar e aprender com sentido**. Curitiba, Positivo. 2011.

G1 (2020). **Estudantes, pais e professores narram ‘apagão’ do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/21/estudantes-pais-e-professores-narram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia-em-7-estados-e-no-df-atividade-remota-nao-vai-contar-para-o-ano-letivo.ghtml>. Acesso em 15 maio de 2022.

Instituto Rodrigo Mendes (2020), **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da covid-19: um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais** Pinheiros. São Paulo. Disponível em : <https://fundacaogrupovw.org.br/wpcontent/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>. Acesso em 17 maio de 2022.

LIMA, M. **Educação de Qualidade: diferentes visões**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 16, p. 128-131, 2001

NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da educação: uma visão crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.

PALÚ, Janete; Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Livro - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324 p. ; 21 cm

PIAGET, J. **La psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SANTOS, B. de S. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

Santos, C. V. C. G., & Braun, P. (2017). Flexibilizações curriculares para o aluno com deficiência intelectual. Rio de Janeiro: **Livrete pedagógico: Consultoria colaborativa para professores do Núcleo Comum e do Atendimento Educacional Especializado PPGEB-CAp/UERJ**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431248/2/Produto%20Livrete%20OP%20edag%C3%B3gico%20SANTOS%20e%20BRAUN%202017.pdf>

SOUSA, Ivan Vale de. II, **Educação Inclusiva no Brasil – História, Gestão e Política** (Coleção Educação Inclusiva no Brasil, Volume 1) – Jundiaí [SP], Paco Editorial, 2019, p. 24-25.

